

PROGRAMA

Apresentação

As estatísticas anuais publicadas pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pela Direção-Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça confirmam a tendência de crescimento constante da litigância na jurisdição administrativa e fiscal, acompanhada pelo aumento do número de profissionais e especialistas dedicados ao Direito Administrativo e ao Direito Tributário. Não é por isso de espantar que, nos últimos anos, o poder político tenha revelado uma crescente e contínua aposta na formação de magistrados nas áreas do Contencioso Administrativo e Tributário, como o confirma a abertura dos III (2014), IV (2016), V (2018), VI (2019) e VII (2020) concursos de ingresso e cursos no Centro de Estudos Judiciários para o preenchimento de vagas na magistratura dos tribunais administrativos e fiscais.

As intervenções legislativas nos domínios do Direito Administrativo e do Direito Tributário evidenciam, por sua vez, a necessidade permanente de todos os operadores jurídicos na atualização dos seus conhecimentos nestas áreas, valendo a pena destacar, entre outras, as reformas do IRC e do IRS (2014), a aprovação e entrada em vigor de um novo Código do Procedimento Administrativo (2015), a reforma do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) (2015), a revisão do Código dos Contratos Públicos (2017) ou a aprovação da Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, entretanto alterada pela Portaria n.º 267/2018, de 20 de setembro, relativa à tramitação eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal.

Mais recentemente, a aprovação no fim da anterior legislatura do pacote legislativo para a *Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal* preparado pelo XXI Governo Constitucional (Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro, que alterou o ETAF, e Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, que modificou regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas, nomeadamente ao CPTA e ao Código de Procedimento e Processo Tributário), vem suscitar novos desafios neste domínio, a que acresce ainda a publicação do Decreto-Lei n.º 174/2019, de 13 de dezembro, que veio proceder à criação de juízos de competência especializada (juízo administrativo comum, juízo administrativo social, juízo tributário comum e juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais) em determinados tribunais administrativos e fiscais.

Este conjunto de circunstâncias dá o mote para que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organizem, em cooperação, a IV edição do Curso de Pós-Graduação em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*, colhendo os frutos muito positivos do Curso Intensivo e dos I, II e III Cursos de Pós-Graduação já realizados nos anos três anos anteriores.

Destinado a Advogados, Juízes, Estudantes, trabalhadores do setor da Administração Pública ou da Justiça com interesse particular nas áreas do Direito Administrativo e do Direito Tributário, o Curso de Pós-Graduação estrutura-se sob dois eixos fundamentais: (i) por um lado, o objetivo de estabelecer a ponte entre os conceitos e institutos fundamentais de Direito Administrativo e Direito Tributário substantivo com as técnicas e instrumentos dos respetivos ramos de Direito Processual; (ii) por outro lado, a ambição de aproximar os conhecimentos teóricos de Direito Administrativo, Direito Tributário e Teoria do Processo com os aspetos práticos de organização, funcionamento e prática processual nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Procurará deste modo proporcionar-se uma visão atual e dinâmica em torno da atividade administrativa e tributária e da jurisdição administrativa e fiscal, calibrada com uma visão dos meios processuais adequados ao exercício e proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o que se afigura indispensável para uma perceção adequada e equilibrada sobre a atividade dos serviços da justiça e da sua relevância numa sociedade dominada pelo conhecimento.

Para o efeito, tendo em vista o debate sobre temas da maior atualidade na prática da Administração Pública e da Administração Tributária, o Curso integrará, em cada um dos Módulos, não só uma particular atenção à análise crítica da jurisprudência dos

Tribunais Administrativos e Fiscais, mas também a preocupação em habilitar os alunos à preparação de peças processuais, numa lógica de *law in action*.

Contencioso Administrativo

28.04/18h30

Aventuras e desventuras do novo Processo Administrativo Português do Século XXI

VASCO PEREIRA DA SILVA

28.04/20h15

Âmbito da jurisdição administrativa (delimitação material e intervenção do Tribunal dos Conflitos)

DOMINGOS SOARES FARINHO

4.05/18h30

Competência e funcionamento dos Tribunais Administrativos

ANA FERNANDA NEVES

4.05/20h15

Pressupostos processuais gerais relativos às partes (I): capacidade e personalidade judiciárias; legitimidade processual ativa e passiva; patrocínio forense e representação judiciária

RITA CURRO

5.05/18h30

Pressupostos processuais gerais relativos às partes (II): ação pública e ação popular no Contencioso Administrativo

DIOGO CALADO

5.05/20h15

Pressupostos processuais gerais relativos às partes (III): delimitação e estatuto dos contrainteressados

FRANCISCO PAES MARQUES

12.05/18h30

Ações de impugnação de atos administrativos (I): aspetos gerais sobre o regime de invalidade dos atos administrativos

ANDRÉ SALGADO DE MATOS

12.05/20h15

Ações de impugnação de atos administrativos (II): objeto e pressupostos processuais específicos (impugnabilidade; legitimidade; prazos de impugnação)

MARCO CALDEIRA

18.05/18h30

Ações de condenação à prática de atos administrativos (I): omissões administrativas, atos negativos e meios de reação

ALEXANDRE SOUSA PINHEIRO

18.05/20h15

Ações de condenação à prática de atos administrativos (II): objeto e pressupostos processuais específicos; poderes de pronúncia do juiz

PEDRO LOMBA

19.05/18h30

Ações sobre regulamentos (I): aspetos gerais sobre o regime procedimental e substantivo dos regulamentos administrativos

PEDRO MONIZ LOPES

19.05/20h15

Ações sobre regulamentos (II): objeto e pressupostos processuais específicos; efeitos das sentenças

PEDRO DELGADO ALVES

26.05/18h30

Ações sobre contratos: conceitos gerais sobre o regime substantivo dos contratos da Administração e implicações processuais

MARIA JOÃO ESTORNINHO

26.05/20h15

Ações de responsabilidade: conceitos gerais sobre responsabilidade civil da Administração e implicações processuais

MAFALDA CARMONA

1.06/18h30

Ações inibitórias e ações de simples apreciação

RUI LANCEIRO

1.06/20h15

Tramitação da ação administrativa (I): fase dos articulados; saneamento e condensação; instrução; audiência final e alegações; julgamento

JOSÉ DUARTE COIMBRA

2.06/18h30

Tramitação da ação administrativa (II): modificações objetivas da instância (o regime dos artigos 45.º e 45.º-A do CPTA em especial)

DORA LUCAS NETO

2.06/20h15

Tramitação da ação administrativa (III): apensação e seleção de processos com andamento prioritário; consulta prejudicial e julgamento em formação alargada

JOÃO TIAGO SILVEIRA

9.06/18h30

Processos urgentes (I): contencioso eleitoral; contencioso dos procedimentos de massa

MIGUEL PRATA ROQUE

9.06/20h15

Processos urgentes (II): contencioso pré-contratual

MIGUEL ASSIS RAIMUNDO

15.06/18h30

Processos urgentes (III): intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

JOÃO MIRANDA

15.06/20h15

Processos urgentes (IV): intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias

SOFIA DAVID

16.06/18h30

Contencioso da nacionalidade, do asilo e dos estrangeiros

DINAMENE DE FREITAS

16.06/20h15

Contencioso das contraordenações urbanísticas
CLAUDIO MONTEIRO

23.06/18h30

Providências Cautelares (I): âmbito e critérios de decretamento
FAUSTO DE QUADROS

23.06/20h15

Providências Cautelares (II): tramitação; antecipação da decisão da causa principal; decretamento provisório
JORGE PAÇÃO

29.06/18h30

Providências Cautelares (III): suspensão da eficácia de atos e normas; providências relativas à formação de contratos; regulação provisória de quantias
ANA GOUVEIA MARTINS

29.06/20h15

Processos executivos (execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para o pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos)
CECÍLIA ANACORETA CORREIA

30.06/18h30

Recursos Jurisdicionais (regime geral; apelação; revista; uniformização de jurisprudência; revisão)
SANDRA LOPES LUÍS

30.06/20h15

A arbitragem administrativa: aspetos gerais
TIAGO SERRÃO

Contencioso Tributário

30.04/18h30

O contencioso tributário e os problemas atuais da justiça tributária
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

30.04/20h15

A justiça tributária na perspetiva do advogado; os tempos da justiça
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA

6.05/18h30

A relação jurídica tributária e os poderes da Administração Tributária
JESUÍNO MARTINS

6.05/20h15

Os princípios do procedimento e do processo tributário; a responsabilidade tributária

JESUÍNO MARTINS

7.05/18h30

Procedimento de inspeção tributária (I): princípios, âmbito e tipologia da ação de inspeção tributária
JESUÍNO MARTINS

7.05/20h15

Procedimento de inspeção tributária (II): marcha do procedimento, ónus da prova e fundamentação dos atos tributários
JESUÍNO MARTINS

14.05/18h30

As metodologias de avaliação da matéria tributável: avaliação direta e indireta. As manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais
VASCO VALDEZ

14.05/20h15

Cláusula geral e específicas antiabuso. Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais
VASCO VALDEZ

20.05/18h30

A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (I): enquadramento e pressupostos
VASCO VALDEZ

20.05/20h15

A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (II): competência e meios de defesa
VASCO VALDEZ

21.05/18h30

Os meios impugnatórios de natureza administrativa (I): o pedido de revisão da matéria tributável e o pedido de revisão do ato tributário
VASCO VALDEZ

21.05/20h15

Os meios impugnatórios de natureza administrativa (II): a reclamação graciosa e o recurso hierárquico
VASCO VALDEZ

28.05/18h30

O procedimento de liquidação: na Administração Tributária e na Segurança Social
JESUÍNO MARTINS

28.05/20h15

A extinção da relação jurídica tributária: vicissitudes e patologias
JESUÍNO MARTINS

3.06/18h30

O processo de execução fiscal (I): instauração, citação e penhora de bens
JESUÍNO MARTINS

3.06/20h15

O processo de execução fiscal (II): reclamação de créditos, e vendas de bens e meios impugnatórios; a efetivação da responsabilidade subsidiária
JESUÍNO MARTINS

4.06/18h30

Psicologia da litigância (I): aspetos gerais e intercessão da Psicologia no Direito; psicologia forense: perceção e suas limitações, procedimentos de aquisição e de identificação

CARLOS POIARES

4.06/20h15

Psicologia da litigância (II): as emoções, os factos e a sua descrição; narração e verdade no testemunho; psicologia do julgador e perícias psicológicas, Cognição e técnicas de interrogatório

CARLOS POIARES

17.06/18h30

A impugnação judicial (I): objeto, função, fins e sujeitos processuais; os sujeitos processuais e a petição inicial; causa de pedir e pedido; prazos, justo impedimento, patrocínio judicial e valor da ação

CATARINA ALMEIDA SOUSA

17.06/18h30

A impugnação judicial (II): retórica processual e argumentação jurídica e factual; nulidades, apensação de ações e suspensão da instância; a marcha processual

CATARINA ALMEIDA SOUSA

18.06/18h30

A impugnação judicial na perspetiva do credor tributário. A contestação; a revogação do ato tributário

JESUÍNO MARTINS

18.06/20h15

O contencioso administrativo e judicial da Segurança Social

JESUÍNO MARTINS

25.06/18h30

A instância (I): começo, desenvolvimento, suspensão, interrupção, extinção; despacho liminar, sanação de deficiências; impugnações de causas específicas/especiais

TÂNIA MEIRELES DA CUNHA

25.06/20h15

A instância (II): contestação/reposta, conhecimento imediato do pedido; audição sobre questões prévias, diligências de prova; articulados supervenientes, alegações e sentença

TÂNIA MEIRELES DA CUNHA

26.06/18h30

A instância (III): pressupostos processuais, audiência preliminar; enunciação dos temas de prova e princípios da dinâmica da prova; audiência de julgamento, poderes de cognição/poderes do juiz

RAQUEL REIS

26.06/20h15

Meios processuais acessórios. Providências cautelares e incidentes

RAQUEL REIS

1.07/18h30

Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (I): regime dos recursos dos atos jurisdicionais praticados no processo judicial tributário; recurso por oposição de acórdãos e recurso de revista

CRISTINA FLORA

1.07/20h15

Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (II): reclamação e recurso na ação administrativa e meios acessórios; Reenvios Prejudiciais; Recurso Arbitral

CRISTINA FLORA

02.07/18h30

A arbitragem tributária (I): o pedido arbitral e o processo arbitral, a vinculação da Autoridade Tributária e Aduaneira,

legitimidade, prazos e constituição do tribunal; a marcha do processo, a decisão e a dissolução do tribunal arbitral
ANTÓNIO FONTOURA

02.07/20h15

A arbitragem tributária (II): aspetos gerais, âmbito e fins da arbitragem tributária; enquadramento europeu e internacional da arbitragem tributária

CLOTILDE CELORICO PALMA

INFORMAÇÕES

Duração e horário

90 horas letivas, repartidas por 60 aulas (1,5h) em horário pós-laboral, de 10 de março a 2 de julho de 2020, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Contencioso Administrativo (30 aulas)/Contencioso Tributário (30 aulas)

As aulas decorrem na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, às 3.^{as} feiras (Contencioso Administrativo) e às 5.^{as} feiras (Contencioso Tributário), entre as 18h30-20h00 e as 20h15-21h45 (duas sessões diárias)

Número de vagas

35 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição)

Propina

- Curso completo (60 aulas ´ 1,5h): € 1100
- Módulos separados (30 aulas ´ 1,5h): € 700

Certificados e Avaliação

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa. Aos alunos que frequentem os dois módulos e elaborarem com aproveitamento o trabalho escrito (em qualquer área) será atribuído um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*; aos alunos que frequentem apenas um dos módulos e elaborem com aproveitamento o trabalho escrito será atribuído, respetivamente, um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo* ou *Teoria e Prática de Contencioso Tributário*.

Inscrições

- Inscrições *online* até vagas esgotarem, no [website do IDEFF](#).
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.^a a 6.^a, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt

FICHA TÉCNICA

Coordenadores

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof.ª Doutora Clotilde Celorico Palma
- Prof. Doutor João Miranda

Organização:

